

ESTADO, URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO: ENTENDENDO AS OCUPAÇÕES DE PRÉDIOS ABANDONADOS EM PORTO ALEGRE APÓS AS ENCHENTES HISTÓRICAS QUE AFETARAM O RIO GRANDE DO SUL

MILENA PEDRA DRAWANZ¹

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING²

¹Universidade Federal de Pelotas – drawanzmilena21@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – franciscokielling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido para a disciplina de Sociologia V, do Curso Ciências Sociais, que versa sobre a sociologia brasileira e seus principais teóricos. A proposta foi a elaboração de um exercício analítico sobre temas da contemporaneidade brasileira, com base na teoria de um ou mais autores que foram estudados durante a disciplina. A partir de então, escolhi centrar a minha análise nos processos de ocupação de prédios abandonados na cidade de Porto Alegre que passaram a ser feitos após as enchentes históricas que afetaram o Rio Grande do Sul em função das fortes chuvas que afetaram o estado a partir de 27 de abril de 2024 e que perduraram por 10 dias ininterruptos, causando enchentes devastadoras que levaram a muitas perdas e deixaram diversos cidadãos desabrigados e em situação de vulnerabilidade social.

Com o crescimento do número de desabrigados, esforços para construção de abrigos passaram a ser feitos por parte do governo e dos cidadãos que não se encontravam em áreas afetadas ou de risco e que se voluntariaram para assistir aos atingidos pela tragédia, entretanto, a diminuição do número de abrigos já passava a ser reportada desde maio (IRION, 2024). Em junho já havia relatos sobre ocupações de prédios abandonados sendo feitas na grande Porto Alegre e sendo despejadas pela Polícia Militar do estado (LEÓN, 2024). Pensando nessas questões, formulei a problemática da minha análise em torno das concepções de Francisco de Oliveira em seu trabalho “O Estado e o Urbano no Brasil” (1982) e em “Crítica à razão dualista/O ornitorrinco” (2003) para entender a relação dessas ocupações e do papel do Estado na organização do espaço urbano e como isso interfere em situações de calamidade, com o objetivo de compreender as relações de poder que afetam o planejamento urbano das cidades. Para isso, utilizei a concepção de Francisco de Oliveira da cidade como sede do capital moderno (a indústria), e do papel do Estado na criação das possibilidades para a acumulação capitalista industrial e sua reprodução, que culminou no descaso com o planejamento urbano das cidades, o que resulta em condições precárias (OLIVEIRA, 2003).

Assim, verifica-se que desde o início da predominância urbano-industrial, consolidada nos anos 1950, a cidade tornou-se o lugar da indústria e dos serviços e seu crescimento foi feito desordenadamente. Tal ausência de organização das cidades acaba por afetar de maneira mais severa pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, ou seja, aqueles que constituem o “exército de reserva” e que estão em condições de subempregados. O cenário caótico das cidades serve as necessidades de acumulação que “impõem um crescimento dos serviços horizontalizados” (OLIVEIRA, 2003, p. 59), portanto, esse caos mantém esse processo de acumulação primitiva, característico do processo de superexploração da força de trabalho a partir de “práticas de economia natural” nas cidades.

Portanto, o caos das cidades amplia a precariedade das condições de vida em especial da população mais pobre. Os problemas urbanos gerados por esse histórico se agravam em situações de mudanças climáticas e eventos extremos, gerando um cenário de medo e incerteza para a população. Sendo assim, questiono: qual o papel do Estado nesta situação? Ele consiste apenas em fornecer valores e meios para a reconstrução? Ou será que o Estado falhou em cumprir o seu papel em evitar esse tipo de desastre? O desastre é natural ou é fruto de escolhas de planejamento urbano? E, por fim, para que e quem o planejamento urbano é pensado?

2. ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 Metodologia

A ideia de trabalhar com a temática das ocupações advém da grande relevância que o tema da sub habitação tem para se pensar a questão urbana, como demonstrado no trabalho de Nakano e Gonçalves (2022). A importância dessa temática amplia-se, quando consideramos a catástrofe que o Rio Grande do Sul passou e a necessidade de reconstrução do estado a partir de maio de 2024. Encontrei em Francisco de Oliveira um referencial interessantíssimo para abordar a temática justamente por seu foco no papel do Estado na constituição do urbano, já que esse papel foi muito evocado ao se debater não só a reconstrução do Rio Grande do Sul, mas como o planejamento do governo em relação às questões ambientais poderia ter evitado que o desastre fosse tão grande.

Pensando nisso me debrucei principalmente sobre o estudo do texto de Francisco de Oliveira que foi recomendado pelo professor, o “Crítica à razão dualista/O ornitorrinco” (2003) que busca compreender os processo de acumulação do capital no Brasil, além do seu texto “O Estado e o Urbano no Brasil” (1982) que trata mais especificamente da relação da urbanização com o Estado. Como complemento a essas leituras utilizei o artigo de Cibele Saliba Rizek (2019), que comenta a obra de Francisco de Oliveira e o artigo de Nakano e Gonçalves (2022), que versa sobre a temática de ocupações urbanas. Além disso, busquei pelo aporte de reportagens jornalísticas que me auxiliassem na apresentação do tema e filtrei as que condensam as informações mais importantes para as discussões propostas. Portanto, meu trabalho está centrado em uma metodologia de pesquisa bibliográfica e análise de dados das fontes selecionadas para a apresentação do tema.

2.2 Dados e discussão

Em maio foi reportado pelo Grupo RBS (2024) que o número de desabrigados no estado chegava a 629 mil pessoas, das quais 81,2 mil encontravam-se recebendo atendimento nos abrigos, já em junho o número de desabrigados diminuiu consideravelmente, sendo 6,5 mil, e a maioria ainda encontrava-se em abrigos. No dia 19 de junho de 2024 foi reportado pelo canal de notícias Agência Brasil que quatro ocupações de prédios abandonados já haviam sido feitas em Porto Alegre por pessoas que se encontravam desabrigadas pelas enchentes e que uma delas já havia sido despejada pela Polícia Militar do estado, deixando cerca de 200 pessoas desabrigadas, três dessas ocupações foram lideradas por movimentos sociais e uma feita por 48 famílias, totalizando 120 pessoas, no prédio onde ficava localizado o antigo Hotel Arvoredo, já abandonado há dez anos (LEÓN, 2024).

Como levantado anteriormente, o número de abrigos foi diminuindo ao longo dos meses, entretanto muitas pessoas ainda permanecem desabrigadas e diversas famílias perderam tudo para a água e falta dinheiro para reconstruir. O governo do estado do Rio Grande do Sul tomou algumas medidas de auxílio financeiro a essas famílias, como o programa “Volta Por Cima”, que foi instituído no mês de maio pelo decreto 57.607 e disponibilizou uma parcela única de R\$2,500 por família desabrigada (SEDES, 2024), além disso também foram repassados R\$2,000 vindo de doações ao estado, que foram enviadas a chave Pix disponibilizada pelo próprio governo, o “SOS Rio Grande do Sul”, e para receber esse repasse às famílias deveriam cumprir certos critérios, como serem cadastradas para programas sociais no Cadastro Único (CadÚnico) ou no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), além de não terem sido contempladas pelo programa Volta Por Cima (TORQUATO, 2024). Já o Governo Federal criou no dia 15 de maio o “Auxílio Reconstrução” que prevê o pagamento de uma parcela de R\$5,100 para as famílias desabrigadas e desalojadas pelo desastre e não há critério para distribuição do recurso (Secretaria de Comunicação Social, 2024) o Governo Federal também criou, de maneira temporária, o Ministério de Apoio à Reconstrução do RS. Entretanto é necessário levar em consideração a impossibilidade de que as famílias sejam contempladas com todos os programas, por conta dos critérios de seleção para a distribuição dos recursos e, considerando que muitas perderam todas ou quase todas as suas posses, podemos concluir que esse valor é insuficiente para a recuperação total dessas famílias.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando todos esses pontos em consideração, as enchentes, a perda de residência e a falta de apoio que seja suficiente para a recuperação, fica claro que para muitas famílias a recuperação será muito difícil e que os abrigos eram espaços de segurança para essas pessoas durante o processo de se reerguer, além disso muitos ficam apreensivos em reconstruir suas casas no mesmo lugar, por medo de perder tudo no caso de uma forte chuva assolar o estado novamente, como relatado por uma das entrevistas na reportagem da Agência Brasil. Portanto, a ocupação dos prédios na capital gaúcha é um sintoma de todas essas questões e inseguranças e também um problema gerado pelo déficit habitacional que já existia na capital gaúcha (LEÓN, 2024).

Assim, muitos desafios se colocam para o planejamento urbano, principalmente por conta das desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras que advém desse processo anterior de consolidação do espaço urbano no país, e que se demonstra pelo “padrão periférico de crescimento urbano associado à reprodução da pobreza em bairros populares da classe trabalhadora desprovidos de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas básicas” (NAKANO; GONÇALVES, 2022, p. 2). Os bairros periféricos encontram-se em áreas que, na maioria dos casos, não possuem estruturas como calçamento e saneamento básico, além de serem postos “à margem” da cidade e sofrerem com a demora, ou falta, da prestação de serviços por parte das empresas de distribuição de energia e saneamento (que no Rio Grande do Sul são privadas) e também por parte do governo, que falha no processo de manutenção desses espaços. Todas essas questões agravam-se por conta das mudanças climáticas, que impõem novos desafios para a organização social, e a falta de estrutura que atinge esses bairros torna-se um problema ainda maior.

Para possíveis desdobramentos do estudo, será necessário o avanço em um número maior de leituras e reflexões, além de tratar de novas informações que vêm surgindo a todo momento sobre a situação das famílias que se encontram desabrigadas e das ações que os governos têm tomado, como por exemplo a construção das “cidades provisórias”, tais questões ainda estão ocorrendo e, por ser um caso recente, novas compreensões sobre o quadro geral irão surgir conforme o avanço do tempo e a possibilidade de acesso a tais informações.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o Urbano no Brasil**. *Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos* nº 6. São Paulo, SP: Coletivo Editorial, 1982.

RIZEK, Cibele Saliba. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. **Ge USP – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 226-241, ago. 2019. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://encr.pw/X5Pee>

NAKANO, A. K., & GONÇALVES, T. A. **Os espaços representacionais das ocupações urbanas na intersecção entre as lutas macro e micropolíticas**. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 14, e20210281, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/k5gJP5C9QsWLRH7YRtJWqPy/>

GRUPO RBS. **Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa**. G1 RS, 2024. Disponível em: <https://l1nk.dev/kASsE>

GRUPO RBS. **Desaparecidos, estradas bloqueadas, escolas fechadas, lixo nas ruas: a situação do RS dois meses após as enchentes**. G1 RS, 2024. Disponível em: <https://l1nk.dev/iBJ3N>

LEÓN, Lucas Pordeus. **Ocupações de prédios abandonados ganham força em Porto Alegre**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://encr.pw/gVXY3>

IRION, Adriana. **Número de abrigos para atingidos pela enchente cai em Porto Alegre**. Gaúcha Zero Hora, 2024. Disponível em: <https://abrir.link/UjegW>

TORQUATO, Bruno. **Famílias atingidas por enchentes no RS vão receber R\$ 2 mil vindos de doações ao estado**. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://abrir.link/gVDQX>

SEDES, Ascom. **Novo decreto de benefício do programa Volta por Cima é publicado**. Governo do estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: <https://acesse.one/7BxiG>

Secretaria de Comunicação Social. **Balanço reforça apoio incansável do Governo Federal ao Rio Grande do Sul**. GOV BR, 2024. Disponível em: <https://l1nk.dev/s3Ngu>